



SINDSEP-DF ESPLANADA GERAL

Impresso Especial

467/2001 - DR/BSB
SINDSEP-DF

... CORREIOS ...

Ano XX

Nº. 210

09 a 15 de outubro
de 2006

Boletim do Sindicato dos Servidores Públicos Federais no Distrito Federal – Brasília-DF – www.sindsep-df.com.br – imprensa@sindsep-df.com.br

Votações das MPs no Senado

As Medidas Provisórias 301, 302 e 304 foram encaminhadas para o Senado Federal, mas enquanto não forem lidas no Plenário não entram na pauta de votação da Casa. A leitura das matérias depende de um acordo de lideranças, por esta razão, é impossível precisar uma data.

Sendo assim, também ainda não foi designado o relator revisor de cada MP. Mesmo assim, o Sindsep-DF retomou as atividades para reapresentar as emendas defendidas pela categoria, inclusive aquelas sugeridas à MP 295 (que já seguiu para sanção presidencial), só que agora serão incorporadas a outras MPs. Novamente, as emendas terão que ser acatadas pelo relator da MP para então serem votadas no plenário. As emendas aprovadas no Senado são encaminhadas para votação na Câmara. E só depois, a matéria segue para sanção presidencial.

Enquanto aguardam leitura, o prazo de vigência das MPs continua correndo. As três medidas perdem a validade a partir do dia 27 de outubro.

Todo apoio à greve dos bancários

O Sindsep-DF apoia as reivindicações dos bancários em greve e se solidariza com o movimento. Os bancários exigem que o governo atenda as reivindicações no Banco do Brasil e na CEF e, dessa forma, ajude o conjunto da categoria a quebrar a resistência dos banqueiros.

2º turno: qual voto interessa aos servidores?

A posição dos servidores públicos federais diante do segundo turno foi o principal tema da assembléia-geral do Sindsep-DF, na terça-feira, dia 03.10. O assunto foi levantado pela própria base que aprovou, após um rico debate, a realização de uma campanha esclarecendo que os servidores não devem votar em Alckmin, que é o candidato da elite dominante, do imperialismo, e do choque de gestão contra os servidores (ou seja, mais arrocho e “enxu-

gamento”, o que significa demissões).

Neste segundo turno, o imperialismo e a burguesia se unificaram para derrotar o movimento dos trabalhadores, que clama por soberania nacional, terra, emprego, salário, direitos, educação, saúde, controle das riquezas nacionais.

Toda vez que os trabalhadores, que os povos, dizem “não aguentamos mais”, cada vez que se levantam para arrancar suas reivindicações, para defender

a soberania e a nação, o imperialismo grita e ameaça.

A burguesia vendepátria se reagrupa ao redor da candidatura Alckmin porque quer governar diretamente, pois quer impedir que o Brasil seja “contaminado” pela onda de mobilização que atravessa o continente em defesa da soberania nacional.

Mas os trabalhadores não querem a volta do PSDB e PFL ao Palácio do Planalto. Nenhum voto em Alckmin!

154 mortos: dúvidas ou certezas?

A diretoria do Sindsep-DF manifesta seu pesar pela inconcebível tragédia que se abateu sobre nossos compatriotas vitimados no vôo de Manaus a Brasília no dia 29.09. Entre eles havia parentes, amigos e conhecidos de diretores e delegados sindicais, além de servidores federais, nossos colegas. Também nos somamos às vozes que exigem a apuração das responsabilidades, por inúmeras razões, inclusive em nome da soberania nacional.

O que faria a “justiça” estadunidense se um jato particular pilotado por dois brasileiros estivesse trafegando na contramão de uma aerovia, não respondesse a chamados de rádio do controle aéreo e colidisse com um avião comercial provocando a morte de 154 cidadãos estadunidenses? Por muito, mas muito menos, negros e brancos, estadunidenses ou não, já foram taxados de “terroristas” e tratados com a conhecida selvageria pelos “patrões do mundo”.

E os arrogantes “executivos” e asseclas, sentindo-se senhores, como se comportam fora de suas fronteiras? Segundo a imprensa, eles estão reagindo “aos berros” quando lhes são perguntadas coisas simples, como por que estava desligado um equipamento eletrônico que evita colisões?

A prepotência é tanta que sentem-se à vontade para acusar sem provas o controle aéreo brasileiro de “ineficiente”! Como é possível? Se foi justamente esse controle – que é um serviço público, exercido por servidores públicos militares e civis – que, depois da colisão, conduziu o “jatinho” e seus ocupantes sãos e salvos para uma base aérea em plena Amazônia?[1]

[1] detalhe: depois da colisão, imediatamente as comunicações do “jatinho” voltaram a funcionar...

Ponto do MDIC

Servidores exigem emissão de folha suplementar

O Sindsep-DF e a comissão de servidores do Ministério do Desenvolvimento, da Indústria e do Comércio Exterior (MDIC) estão organizando a mobilização para cobrar do Planejamento a emissão de folha suplementar. Na quinta-feira, dia 05.10, o órgão suspendeu a confecção da folha suplementar que resarciria aos servidores o desconto dos dias de greve (finalizada em julho) efetuado no salário de setembro. A folha suplementar foi a solução que o próprio MP encontrou para amenizar os prejuízos causados pelo descumprimento do acordo firmado com a Condesf de que os dias parados não seriam descontados até que se finalizasse as negociações sobre a greve.

No caso do MDIC, a situação é ainda mais escandalosa, visto que o próprio secretário executivo do ministério apresentou ao Planejamento uma proposta de termo de acordo que previa a compensação dos dias parados em função da reposição total de todo o serviço acumulado em decorrência da greve. No documento foi anexado inclusive um relatório comprovando que mais de 80% do trabalho acumulado já estava concluído.

Antes do fechamento desta edição, a direção do Sindsep-DF foi informada de que a confecção da folha suplementar poderá ser retomada a qualquer momento, dependendo apenas de uma autorização do ministro Paulo Bernardo.

Caso a situação não seja resolvida, os servidores farão um ato em frente ao Planejamento, Bloco C, na quarta-feira, dia 11.10, às 14h30.



Reforma Administrativa pode cair no STF

Depende do ministro Cezar Peluso o retorno da Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) nº 2135, que questiona a Emenda Constitucional 19/98 (Reforma Administrativa), à pauta de julgamentos do Supremo Tri-

bunal Federal (STF). Peluso pediu vistas da Adin no dia 22 de junho, mas como não tem prazo para pronunciar seu voto, a decisão fica suspensa por período indeterminado. Ainda faltam votar os ministros Marco Aurélio e Celso de Mello.

A Adin foi ajuizada pelos partidos PT, PDT, PC do B e PSB, e já recebeu cinco votos favoráveis e três contrários. A Reforma Administrativa de FHC retirou mais de 56 direitos dos servidores federais, acabou com a estabilidade no serviço pú-

blico, permitiu a contratação sem concurso público e quebrou contratos de trabalho. Em meio a denúncias de irregularidades, ela foi aprovada pelo Congresso e publicada no DOU em 05.06.98 e agora poderá ser derrubada.

Cultura

Servidores vão ao Senado

Comissão de servidores da Cultura (Funarte, Iphan e MinC) foi recebida pelo presidente da Comissão de Educação e Cultura, senador Wellington Salgado (PMDB-MG). A reunião foi na quinta-feira, dia 05.10. Os servidores entregaram ao senador um abaixo-assinado, com mais de 300 assinaturas, pedindo urgência no encaminhamento do Plano Especial de Cargos com a nova tabela. O projeto está no Ministério do Planejamento há seis meses.

O senador Wellington Salgado se comprometeu a encaminhar o abaixo-assinado, que tem o apoio dos conselheiros da Comissão Nacional de Incentivo à Cultura do MinC, ao presidente Lula, com cópia para os ministros da Junta Orçamentária do Governo – composta por Guido Mantega (Fazenda), Paulo Bernardo (Planejamento) e Dilma Rousseff (Casa Civil). Também irá encaminhar ofício ao Ministério do Planejamento cobrando agilidade na tramitação do projeto, já que foi amplamente discutido e debatido ao longo dos últimos três anos.

Enquanto em Brasília a mobilização é no Congresso Nacional, em outros estados, como no Rio de Janeiro e no Ceará, os servidores do órgão têm feito paralisações constantes que tem tido grande repercussão na mídia. Todo esse esforço é para que o projeto chegue ao Congresso ainda este ano, caso contrário, o Plano Especial não será implantado em 2007.



MEC

Extensão de plano para todos os servidores

O Sindsep-DF vai entrar com ação judicial para também estender o plano de carreira do FNDE e INEP, criado pela Medida Provisória 304, a todos os servidores do Ministério da Educação (MEC), independente do tempo que tenha prestado concurso.

Anteriormente, a ação beneficiaria apenas os recém-concursados, porém, após estudo detalhado do caso, a assessoria jurídica resolveu solicitar extensão para todos. O argumento é que em todos os concursos realizados para o Ministério, os servidores foram lotados também nas duas autarquias. Uma assembléia, com a presença dos advogados do Sindsep-DF, será realizada nesta quarta-feira, dia 11.10, às 10h, no auditório do Anexo. Todos estão convidados!

Redistribuídos Imprensa Nacional

Mandado de Segurança para garantir vantagens

O Sindsep-DF irá entrar com mandado de segurança para garantir aos servidores redistribuídos da Imprensa Nacional os direitos conquistados na Justiça em 2001. Os servidores do órgão, que hoje trabalham no Ministério do Meio Ambiente (MMA), perderam a complementação à VPNI após a edição da Medida Provisória 304, que cria um plano especial para os servidores do MMA.

A complementação foi garantida na Justiça pelo Sindsep-DF, depois que o governo FHC, no ano de 2000, cortou a GPS - Gratificação de Produção Suplementar, que era paga aos servidores da Imprensa Nacional. Na época, a intenção do governo era extinguir o órgão, mas após intensa mobilização, os servidores conseguiram garantir uma gratificação com valor inferior, a VPNI. A Justiça determinou a complementação.

Hoje, com a edição da MP 304, novamente os servidores redistribuídos da Imprensa Nacional sofreram um duro golpe. A MP extinguiu a VPNI e todas as vantagens advindas de decisões judiciais.

MRE

Emenda inclui PCC no Serviço Exterior Brasileiro

O Sindsep-DF tem buscado um entendimento com o relator da Medida Provisória 319/06, em tramitação na Câmara, deputado Zenaldo Coutinho (PSDB/PA). O objetivo é incorporar emenda à MP que integre os servidores do Plano de Classificação de Cargos (PCC) do Ministério das Relações Exteriores (MRE) no Serviço Exterior Brasileiro, que atualmente contempla as carreiras de Oficial e Assistente de Chancelaria. Com a emenda, 552 servidores do PCC que foram transferidos para o Plano Geral Cargos do Poder Executivo (PGPE), instituído pela MP 304, serão beneficiados.

Inglaterra quer privatizar a Amazônia. Coincidência?

Na mesma semana em que ocorriam as mortes provocadas pela colisão na Amazônia, deixando em choque toda a população brasileira, o governo inglês divulgou oficialmente um plano para transformar a floresta amazônica em uma grande área privada (FSP, 03.10.06). A "proposta" foi feita num encontro que reuniu os governos dos 20 países mais poluidores do mundo (!) e, segundo eles, visa a "proteger a floresta". De quem? Do Brasil e dos brasileiros, claro, por isso uma grande área da Amazônia passaria a ser administrada por um consórcio internacional e as árvores da floresta poderiam ser vendidas.

Parece piada de mau gosto, mas, infelizmente, é a realidade. No início, também soava muito estranho falar em privatizar companhias de eletricidade, telefônicas e siderúrgicas (como a Usiminas, por exemplo). No entanto de Collor a FHC, os sucessivos governos gastaram rios de dinheiro em intensas campanhas publicitárias até conseguirem entregar grande parte do patrimônio público a preço de banana, sem nenhum benefício para a população e com todo o lucro para especuladores.

A onda privatista foi refreada em virtude da resistência e da mobilização popular, a mesma onda que elegeu Lula ao governo em 2002. Agora, os mentores das privatizações se articulam para atacar novamente. É o momento de retomar com força a defesa dos serviços públicos e a reestatização de tudo o que foi privatizado. Só assim podemos evitar que a privatização continue, inclusive da Amazônia.

Vale do Rio Doce:

FHC no banco dos réus

O Tribunal Regional Federal da 1ª Região (Brasília) decidiu reabrir a Ação Popular de 1997 que questiona a privatização da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD). No banco dos réus está o ex-Presidente FHC, entre outros.

A Vale foi doada ao capital privado por R\$ 3 bilhões pelo governo de Fernando Henrique Cardoso. Porém, somente no primeiro semestre de 2006, seu lucro foi de R\$ 6,1 bilhões. Com recursos de minério de ferro suficientes para manter os níveis atuais de produção pelos próximos 200 anos, as ações da CVRD tiveram valorização média anual de 32,7% em dólares norte-americanos durante os últimos cinco anos (1999-2003).

A empresa foi visivelmente sub-avaliada e uma concorrente dos Estados Unidos foi favorecida, por isso a justiça avalia que o leilão não cumpriu nem mesmo a legislação da época que foi imposta por FHC.

Criada pelo governo federal em 1º de junho de 1942, a Vale está presente em 14 estados brasileiros e em cinco continentes: América, Europa, África, Ásia e Oceania.

Uma campanha nacional reivindica do governo Lula que a União passe do pólo passivo na Ação Popular para o pólo ativo, o que facilitaria a anulação do leilão. O Sindsep-DF participa dessa campanha.

SINDSEP-DF Expediente: Sindicato dos Servidores Públicos Federais no Distrito Federal – SINDSEP/DF – Fone: 3212-1900. **Redação:** Edison Cardoni, Oton Pereira Neves e Giselle do Valle. **Conselho Editorial:** Edison Cardoni (coordenador da Secretaria de Imprensa), Roberto Monteiro de Oliveira, Leonio Gomes Lacerda, Ricardo Jacome, Marta Rosângela e Carlos Henrique – **Jornalista:** Giselle do Valle DF2361JP – **Tiragem:** 12.000 – **Impressão:** Red Graf